

**VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
EMPRESARIAL**

Despacho n.º 726/2014 de 5 de Maio de 2014

Considerando que a Comissão de Seleção do Empreende Jovem, designada pelo despacho n.º 108/2011, de 25 de janeiro, publicado no Jornal Oficial, II Série, n.º 17, em reunião datada de 09/04/2014, propôs no âmbito do Empreende Jovem - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo, criado e regulamentado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2010/A, de 22 de julho, que fosse(m) considerada(s) elegível(eis) e selecionada(s) para apoio, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 13º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2010/A, de 22 de julho, a(s) candidatura(s)/projeto(s) de investimento constante(s) do mapa anexo;

Determino, nos termos do artigo 15º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2010/A, de 22 de julho, o seguinte:

1. Aprovar o(s) projeto(s) de investimento apresentado(s) no âmbito do Empreende Jovem - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo, criado e regulamentado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2010/A, de 22 de julho, cujas condições constam do mapa anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante;
2. Conceder ao(s) referido(s) projeto(s) de investimento o incentivo financeiro cujo montante consta do mapa anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante;
3. Os encargos resultantes do(s) referido(s) projeto(s) serão suportados por dotações orçamentais afetadas ao Programa 1 – Competitividade, Emprego e Gestão Pública;
4. O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

24 de abril de 2014. - O Vice-Presidente do Governo Regional, *Sérgio Humberto Rocha de Ávila*.

Anexo

N.º Projeto	Promotor	Illa	Investimento Total	Investimento Elegível	Incentivo Não Reembolsável	Verif. Pré contrato
285	Carlos Sousa e Roberto Sousa (empresa a constituir)	Illa de Santa Maria	204.973,14	187.279,85	131.095,78	110; 120; 130; 140; 270; 340; 999;
302	Filipe Goulart, em nome de sociedade a constituir	Illa do Faial	299.626,31	299.626,31	194.757,10	110; 120; 130; 140; 270; 340; 999;
303	Bootlá Tours, Lda.	Illa de Santa Maria	98.270,49	88.083,24	60.258,27	120; 999;
376	Sónia Cristina Ávila Pereira e Carla Cristina Ávila Pereira, em nome de empresa a constituir	Illa Terceira	143.904,74	139.787,74	83.872,64	110; 120; 130; 140; 270; 340; 999;
Total	4		746.774,68	712.776,94	469.983,77	

Unid: euros

Lista das verificações pré-contratuais

110	a) n.º 1, artigo 5º - Estar legalmente constituído
120	b) n.º 1, artigo 5º - Possuir situação regularizada face ao Estado, Segurança Social;
130	c) n.º 1, artigo 5º - Dispor de contabilidade organizada;
140	d) n.º 1, artigo 5º - Cumprir os critérios de pequena e média empresa (PME), de acordo com o disposto no Anexo do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 143/2009, de 16 de junho, devendo apresentar para o efeito o certificado de PME
270	g) n.º 1, artigo 6º - Ter os projetos de arquitetura e as memórias descritivas, quando exigíveis legalmente, devidamente aprovados até à data de assinatura do contrato de concessão de incentivos ou comprovar a isenção camarária de licenciamento de obras
340	artigo 3º - A empresa ser detida maioritariamente por jovens empreendedores, considerando-se os titulares de nível de formação mínimo correspondente à escolaridade obrigatória, com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, sendo que os jovens que tenham gozado de licença de parentalidade até aos 35 anos podem candidatar-se até aos 40 anos
999	(Outras Pré-Contratuais)
	Projeto 285: Cópia do projeto de arquitetura completo e devidamente carimbado pela Câmara Municipal; Averbamento do processo de licenciamento de obras em nome da empresa promotora.
	Projeto 302: Cópia do projeto de arquitetura carimbado pela Câmara Municipal competente, averbado em nome da sociedade a constituir; Cópia do contrato de comodato com as assinaturas reconhecidas.
	Projeto 303: Cópia do contrato de arrendamento com as assinaturas reconhecidas; Inclusão das CAE's 77210 e 49320 na declaração de início de atividade e no objeto social da empresa.
	Projeto 376: Contrato de arrendamento com as assinaturas reconhecidas; Requerimento a solicitar a isenção de licença e anexos, com carimbo de entrada na Câmara Municipal.